



Anais da Assembléia

N.º 63

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 29 DE JUNHO DE 1984

ANO X

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA
ATA DA 058.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 1984.
(Sexta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Dirceu Manfrinato e Anibal Khury.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sorenge Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Nelson Buffara, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja concedida Preferência de Votação à Proposição n.º 118/84, oriunda da Mensagem Governamental n.º DTL/27/84, após a votação das matérias que se encontram em Redação Final na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve REQUER, na forma regimental, a consignação de um voto de pesar pelo falecimento, em Curitiba, da professora

AVANY LINHARES MASETTI. Exemplar em sua missão de educar e transmitir cultura, eficiente nas funções administrativas que exerceu no Colégio Hildebrando de Araújo, nesta Capital, e como Inspectora Inspectora Regional de Ensino de São José dos Pinhais, a extinta sempre conseguiu se destacar no magistério paranaense, pela competência do seu trabalho e pelo traço singular do seu caráter humanitário.

Perde a juventude paranaense uma grande aliada e o professorado, uma representante da melhor tradição.

Requeiro se dê ciência do presente à família da extinta, com as expressões do mais profundo sentimento deste Poder.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1984.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, Moção de Apoio às reivindicações do conjunto dos servidores federais pertencentes às instituições federais dos organismos da previdência social constantes da pauta abaixo relacionada.

1. Reposição salarial de 64 por cento, a partir do mês de janeiro de 1984.
2. Piso salarial de três mínimos.
3. Reajuste semestral de 100 por cento do INPC.
4. 13.º salário para os estatutários.
5. Quinquênio para os celetistas.

Desde o dia dezoito deste mês, objetivando a conquista mencionada anteriormente, a classe previdenciária do Estado do Paraná está em greve.

Primeiramente, é imprescindível lembrar que nos últimos anos, especialmente nos momentos atuais, a greve passou a ser o instrumento básico dos segmentos que constituem a Nação brasileira, de reivindicação das questões específicas de seus interesses, e os fatos estampados nos meios de comunicação de forma mais e mais freqüente.

Tais realidades são, na verdade, uma das mais evidentes conseqüências do amadurecimento político do povo brasileiro, cuja clareza crítica já não se intimida ante a pressão dos que de forma autoritária têm agido no sentido de impedir a livre organização e manifestação.

É indiscutível que a greve tem se constituído como único instrumento que pode fazer com que haja negociações dos fatos dela resultantes.

A falta de interesse no caso da paralisação dos servidores da Previdência, por parte do Governo Federal, evidencia a falta de responsabilidade de procurar o atendimento constante na pauta de reivindicações daquela classe.

O Estado do Paraná, a exemplo de outros Estados da Federação, em greve, mobiliza toda a categoria dos profissionais do setor, de forma pacífica e ordeira, cujo movimento paredista tem o engajamento de todos os municípios paranaenses. Neste sentido, vale destacar a

corajosa atuação dos que integram a Associação dos Servidores da Previdência Social de Campo Mourão que, através da criação da Comissão de Paralisação, estão garantindo o necessário respaldo ao movimento, a nível estadual e nacional.

Em Campo Mourão, como de resto no Paraná e no Brasil, o conjunto dos servidores da Previdência já não suportam mais as claras e evidentes injustiças criadas pelo autoritarismo vigente. São muitos anos de dedicação e trabalho honrado que está sendo colocado em risco pelos funcionários da Associação dos Servidores da Previdência Social para a concretização de um ideal de justiça.

Portanto, somente o êxito da paralisação ora encetada pelos servidores, assim como as conquistas que dela podem resultar só são possíveis graças à atuação madura e vigorosa dos funcionários que trabalham em Campo Mourão, lideradas pela combativa Sra. Maria Dolores B. Alves.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Diretor Presidente da CAFE do Paraná, através do Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Agricultura, no sentido de que seja destinado tratores para prestarem atendimento na zona rural da municipalidade de Quinta do Sol.

Trata-se de iniciativa do Ex.^{mo} Sr. Mauro de Andrade Martins, Vereador da Câmara Municipal de Quinta do Sol, que em sessão plenária realizada recentemente, manifestou sua preocupação quanto a necessidade de os agricultores terem à sua disposição maquinários para realizarem curva de nível, bem como outras atividades relacionadas à conservação do solo.

Neste sentido, faz-se necessário que essa Secretaria de Estado da Agricultura avaliem em conjunto a possibilidade de se destinar, mediante estudos, a destinação de maquinaria para os pretendidos serviços.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ex.^{mo} Sr. Secretário da Indústria e do Comércio, encarecendo a realização de estudos visando avaliar a possibilidade econômica de se implantar uma indústria de fiação para a municipalidade de Goioerê.

Dada a importância do Município de Goioerê, no contexto agrícola, espera-se dessa Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, que avalie a possibilidade de se implantar uma indústria de fiação.

Tal reivindicação conta com o apoio da ACANDOZE - Associação das Câmaras Municipais da

Região Doze que em reunião realizada em Araruna recentemente, aprovou requerimento no sentido de aprovar total apoio a tal solicitação.

É bom lembrar que o Estado do Paraná é o maior produtor de algodão do Brasil e a região de Goioerê é a que mais produz, dentro do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Agricultura, no sentido de que seja agilizada a implantação do sistema de micro-bacia na municipalidade de Mariluz.

O presente requerimento de agilização se faz necessário em face da solicitação realizada pelo Ex.^{mo} Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores. Francisco Inácio Leite. Este afirma ser imprescindível que seja iniciada imediatamente a concretização do programa que prevê a implantação de micro bacias.

Neste sentido, torna-se dispensável desenvolver comentários quanto a importância do citado projeto tanto em Mariluz como no restante do Estado do Paraná, já anunciado por essa Secretaria de Estado da Agricultura, sendo já colocado em prática em diversas regiões.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ex.^{mo} Sr. Secretário de Estado dos Transportes que, através de estudos, analise as possibilidades de se determinar apoio financeiro e técnico visando o cascalhamento das estradas de leito natural existentes em toda a região pertencente à municipalidade de Quinta do Sol.

Em que pese todos os esforços que se tem desenvolvido a Prefeitura Municipal de Quinta do Sol, através do Ex.^{mo} Sr. Solange Marques, Chefe do Executivo Municipal, tem enfrentado as maiores dificuldades no que diz respeito ao setor dos transportes.

É sabido que a manutenção das estradas no que tange à conservação e recuperação das mesmas exige, sem dúvida alguma, o emprego de muitos recursos, fato que aquela Administração tem feito, mas no entanto, mesmo diante do destacado trabalho, existe grandes problemas que exigem soluções imediatas.

Deste modo, diante de tais fatos, a Câmara Municipal de Vereadores de Quinta do Sol, em sessão plenária, aprovou requerimento apresentado na tribuna daquela Casa de Leis, pedido verbal do Ex.^{mo} Sr. Mauro de Andrade Martins, em que o mesmo manifestou a sua preocupação quanto a real necessidade de se manter conservada as estradas daquela municipalidade, dizendo ainda, na oportunidade, que somente a Administração Municipal não tem condições de promover os trabalhos relacionados à citada operação.

Ademais, com o cascalhamento que é pedido por

aquele integrante daquela edibilidade, seguramente serão eliminados vários dos problemas existentes, que em sua maioria, se fazem presentes em face da ausência de um programa que vise colocar em prática uma ação que primeiramente conscientize os proprietários rurais, e que depois seja concretizada verdadeiras ações que equacionem o problema a fundo.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno, inscrito.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Não representa nenhuma novidade para o povo brasileiro que a condução da política econômica deste País baseia-se em sua totalidade, nos comprometimentos previamente assumidos com o Fundo Monetário Internacional, através dos banqueiros estrangeiros, que constantemente estão a ditar a recessão profunda e prolongada que a todos atinge, dilapidando por exemplo, os nossos recursos naturais e envenenando o meio ambiente.

Por incompetência dos tecnocratas acobertados por estes Governos autoritários, atingimos índices cada vez mais inflacionários, que entre outras coisas reduzem de forma violenta as atividades industriais, permitindo a especulação incontrolada das safras obtidas pelos agricultores, com incalculável intrepidez.

Nos dias de hoje, observamos as características que são evidenciadas no que diz respeito à conjuntura agrícola e pecuária. Sem dúvida alguma, que existem basicamente dois parâmetros: de um lado o latifúndio, possuidor de cerca de 40 milhões de hectares que são parcialmente utilizados, sendo as multinacionais (representando logicamente o capital estrangeiro) proprietários de 35 milhões de hectares em todo o País, existindo ainda, mais de 40 milhões de hectares de terras que são atualmente inexploradas por completo.

Vemos famílias inteiras perderem a sua condição de pequeno agricultor, fato que comprovou-se entre o período de 1970 a 1980, em que essas mesmas pessoas, seguramente, acabaram por constituir o grandioso grupo de assalariados rurais.

Deixando um pouco os dados numéricos relativos às pesquisas, podemos diagnosticar tais situações, apenas utilizando como referencial os constantes conflitos de terra, cujas proporções aumentam aceleradamente como resultantes das insatisfações decorrentes desta conjuntura, em que desaparecem as pequenas propriedades que, por sua vez, amparam o poderio dos latifundiários.

Contudo, conclui-se mais do que nunca, que a sociedade brasileira insistentemente tem se manifestado no sentido de exigir a imediata reformulação da estrutura agrária vigente.

Porém, Sr. Presidente, Srs. Deputados, enquanto não conseguirmos tornar realidade concreta esta proposta política, que na verdade é uma bandeira de luta das mais importantes, necessário se faz refletir sobre os aspectos que na prática contribuam para o desafogamento ao menos, dos pequenos proprietários rurais existentes.

Neste sentido, venho a esta tribuna no dia de hoje, para relatar os excelentes resultados que vêm sendo obtidos pela Feira do Produtor que se realiza duas vezes por semana, em Campo Mourão.

Surgida fundamentalmente da inquietação do conjunto dos técnicos da ACARPA-EMATER/Pr ante ao acelerado extermínio das pequenas propriedades rurais, que inclusive acentou-se a partir do final da década de 60, a Feira do Produtor contou no seu início, com algumas dificuldades, fruto da relativa falta de experiência dos seus participantes, referentes à forma de comercialização dos produtos aos interessados.

Mas, em apenas dois meses de funcionamento, a Feira do Produtor já era vista com muito entusiasmo, tanto pelos comerciantes como pela população, que se sentiu de imediato atraída pela boa qualidade dos mais variados produtos disponíveis, assim como pelos preços dos mesmos, considerados de um modo em geral, mais baratos, especialmente se comparados com os dos supermercados onde, às vezes, custam até mesmo 50 por cento mais caros.

Hoje, a ACARPA-EMATER/Pr tem o papel somente de supervisão da referida Feira, já que a sua direção é feita através de uma diretoria, presidida pelo produtor Paulo Yamada. Este senhor afirma seguramente que para os pequenos e médios produtores, como ele próprio, que aquele evento tem proporcionado grandes benefícios, destacando-se que aquela Feira permite especialmente oferecer aos compradores, produtos que certamente não seriam consumidos pelas respectivas famílias.

Portanto, a Feira do Produtor de Campo Mourão tem estimulado os pequenos e médios proprietários a produzirem mais produtos, melhorando sempre a sua qualidade, em face dos lucros financeiros semanais, eliminando, desta forma, a dependência exclusiva do dinheiro proveniente da produção da lavoura de verão (feita quase que geralmente uma vez por ano).

Com isto, a ação negativa dos intermediários, ao menos na cidade de Campo Mourão, vem sendo seriamente atenuada, especialmente porque naquela Feira existe um regulamento que coíbe tais práticas, já que os órgãos envolvidos no caso, fiscalizam as propriedades dos inscritos, observando a qualidade, quantidade e condições de produção.

Em seus primeiros três meses de existência, atingiu a comercialização superior a 3 milhões e 500 mil cruzeiros, com a participação em média de 25 produtores. Dado a estes resultados e as experiências como um todo, a Feira do Produtor foi oficializada como evento comercial, pela Prefeitura de Campo Mourão, conforme decreto, merecendo ainda na ocasião, do Secretário de Estado da Agricultura, Claus Magno Germer, o reconhecimento público daquela inteligente iniciativa.

Neste sentido, não poderia deixar de relatar através deste pronunciamento, a importância da Feira do Produtor de Campo Mourão, que recentemente completou um ano de pleno funcionamento, indiscutivelmente constituindo-se como um exemplo a ser analisado e colocado em prática. Especialmente em se tratando do Estado do Paraná, território eminentemente agrícola, no que tange à real necessidade de se eliminar a problemática do abastecimento de alimentos básicos à população, notadamente às classes de menor poder aquisitivo, em que a mesma deve determinar, agindo com rigor, o controle dos preços, tanto nas prateleiras como através

de mecanismos de comercialização que regulem o mercado, capazes de proporcionar incontáveis benefícios tanto a produtores, como a consumidores”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tivemos ontem, mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura irregularidades, presidida pelo eminente Deputado Rubens Bueno, e na oportunidade, o Deputado Sérgio Spada apresentou o seu relatório a respeito das irregularidades ocorridas no Porto de Paranaguá.

As acusações que fizemos, segundo o relatório do Deputado Sérgio Spada, são procedentes, porque na realidade, constatou-se que houve muita irregularidade no Porto de Paranaguá, e para nossa tristeza, no Governo atual. O Sr. José Vicente Elias que esteve depondo na CPI, inclusive confirmou que só pagou as indenizações que chegaram à soma astronômica de 300 milhões de cruzeiros, pasmem, Srs. Deputados, porque o dinheiro não era do Paraná, era da União, era da PORTOBRÁS.

Ora, era o dinheiro público da mesma maneira, e felizmente, tivemos a constatação no Relatório apresentado pelo Deputado Sérgio Spada, constatou-se também segundo as próprias respostas dadas pelo ex-Superintendente exonerado de que mora numa casa do Estado, pertencente à Secretaria da Administração, há mais de oito anos, não paga impostos, não paga os aluguéis e disse-nos ainda que só não deixou a casa porque nunca foi solicitado.

Ora, quem não quer morar de graça, Sr. Presidente? Sabendo-se que o Estado, inclusive através do IPE, que pertence à Secretaria da Administração, há dois ou três meses atrás viu-se obrigado a alugar uma casa em Paranaguá para sediar o escritório regional do IPE. Disse também que desconhecia a participação de Vereadores como donos de empreiteiras que hoje agem no Porto parnanguara. E as assinaturas apostas em notas, inclusive sem data, com os valores mais variados, de Vereadores do PDS e do PMDB, como o Presidente da Câmara, Caio Tramujas, do PDS, como o Vereador Nelson de Oliveira, do PDS, e como o Vereador José Roberto Afolter, do PMDB.

A irregularidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi constatada, e eu espero que o nosso Presidente desta CPI, Deputado Rubens Bueno, agilizar o envio à Procuradoria da Justiça, e que esses homens que erraram sejam penalizados de imediato, para a moralização apregoada em palanque pelo PMDB.

Ainda mais, ontem tivemos a posse do novo superintendente, Dr. Olivo Zanela. Nada a opor quanto à sua indicação. Homem probo, de reconhecida capacidade, de elevada conduta, mas estranhemos, por que não? Que Paranaguá, com tanta gente preparada, com tanta gente capaz, estivesse afastada desta diretoria. Por isso mesmo, ainda hoje, manteremos contato com o Secretário dos Transportes, tentando que pelo menos uma diretoria seja ocupada por alguém de Paranaguá.

Mas devo dizer, não para minha alegria, mas para minha tristeza, que constatou-se que houve corrupção no

Porto de Paranaguá; e corrupção da grossa; corrupção que beneficiou empreiteiras; corrupção que beneficiou superintendente; que prejudicou o Estado do Paraná e que prejudicou a União, porque o dinheiro pago segundo o Superintendente, nas indenizações, foi tirado da PORTOBRÁS.

Mas quer me parecer, Sr. Presidente, que esse estado de coisas está por acabar. Entra um novo superintendente e, mais importante ainda, hoje deve estar sendo publicado no Diário Oficial um projeto de lei apresentado por este Deputado, com amparo dos sindicatos de Paranaguá, que extingue as empreiteiras prestadoras de serviço e de transporte de carga porque a grande corrupção está, na realidade, nas empreiteiras.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaríamos de registrar nos Anais do Poder Legislativo, hoje, os nossos profundos sentimentos pelo acidente ocorrido com os profissionais da imprensa brasileira. Não só este Deputado se sente estarecido mas também toda a população brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é lamentável a ausência do Líder do PDS neste plenário. Gostaríamos que o mesmo estivesse presente para dizer aos Srs. Deputados que nada é novidade. Nada causa estranheza quando Sua Excelência o Deputado Luiz Alberto Oliveira critica o Governo Richa. Notamos e observamos que isto já se tornou praxe do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Já se habituou, de uma certa forma, a criticar a administração José Richa.

Em razão disto, citamos um exemplo. Quando tivemos oportunidade ontem pela manhã, de assistir, num programa de televisão “Bom Dia, Paraná”, onde o Deputado Luiz Alberto Oliveira foi convidado apenas para falar sobre a Emenda Figueiredo, o mesmo desviou-se várias vezes do assunto, fugindo totalmente apenas para criticar o Governador José Richa. Isto não é novidade. Quando criticava o Governador, ontem, pela compra de uma aeronave, esqueceu-se o líder do PDS, que Ministros do seu Partido chegam a desviar aviões de carreira, custando fortunas, para os cofres federais.

É isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nos traz aqui, para dizer que reconhecemos. Não pelo fato de pertencermos à Bancada do PMDB, ao Governo José Richa, mas reconhecemos, sim, na totalidade, o seu empenho, a forma brilhante com que vem administrando o Estado do Paraná. Tanto é que tem sido um grande exemplo no Brasil inteiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ao encerrarmos este primeiro semestre de trabalho, quando entramos em recesso a partir desta sessão, quero externar os meus agradecimentos a todos os funcionários do Poder Legislativo. A todos os Deputados, a nossa gratidão. Até o próximo semestre, quando estaremos firmes para cumprir a nossa missão democrática e o nosso trabalho como Parlamentar.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Consulto a Liderança do PDS se fará uso do horário.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Havendo declinado, encerra-se a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando preferência de votação à Proposição n.º 118/84, oriunda da Mensagem Governamental n.º DTL/27/84, após a votação das matérias que se encontram em Redação Final na Ordem do Dia. —

Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 108/84, que dispõe sobre a movimentação de Referências, Progressão e Ascensão Funcionais, previstos nos artigos 24 e 25 da Lei n.º 7784, de 14/12/83, na forma que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 113/84, que fixa remuneração do Deputado Estadual, com vigência a partir de 1.º de julho de 1984.

Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 12/84, que dá nova redação ao Anexo I, do Art. 16, da Lei n.º 7784, de 14/12/83, conforme especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 42/84, que declara de Utilidade Pública o “CLUBE PARANAENSE DE MONTANHISMO”, com sede e foro nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 49/84, que objetiva alterar dispositivos do Quadro de Pessoal da Secretaria do egrégio Tribunal de Alçada, na forma que especifica e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 57/84, que declara de Utilidade Pública o CONSELHO COMUNITÁRIO COMUNITÁRIO DE COOPERAÇÃO EM SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL — COMSABES, com sede no Município de Pato Branco. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 94/84, que declara de Utilidade Pública o DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA IGREJA EVANGÉLICA PENTECOSTAL LUZ DE CRISTO — DEPAS, com sede e foro em Curitiba. — **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de votação, de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, aprovado pelo Plenário:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 118/84, oriundo da Mensagem Governamental n.º DTL/27/84, VETO aposto ao Projeto de Lei n.º 189/83, de autoria do Deputado LEÔNIDAS CHAVES, que denomina de “MOACIR JÚLIO SILVESTRI”, a Rodovia PR-170, que liga o Município de Guarapuava ao Município de Pinhão (Foz do Rio D’Areia). Com Parecer Favorável da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário, por maioria. Em Regime de Urgência.

PROJETO DE LEI N.º 189/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominada MOACIR JÚLIO SILVESTRI, a rodovia que liga o Município de Guarapuava ao Município de Pinhão (Foz do Rio D’Areia), PR-170.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “XIX de Dezembro”, em 24/04/84.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO N.º 118/84

PARECER:

A presente proposição é oriunda do Veto Governamental a projeto de lei aprovado por esta Casa, de autoria do Deputado Leônidas Chaves, que visa denominar “Moacir Júlio Silvestri”, a rodovia estadual que especifica.

Analisando-se a matéria, temos que:

1. O Veto foi apresentado dentro do prazo constitucional;
2. As razões estão devidamente fundamentadas, através do Ofício n.º 27/84, com as quais concordamos.

Nestas condições, a Proposição está em condições de ser encaminhada à consideração do Plenário, opinando-se pela pela manutenção do veto apostado.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 19 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
ANIBAL KHURY — Relator

Está em votação o Projeto de Lei n.º 189/83. —
Rejeitado o projeto, mantido o veto.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Solicito a Vossa Excelência que conste em Ata o voto favorável ao projeto da Bancada do PDS, na sua totalidade.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa atende.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 110/84, oriundo da Mensagem Governamental n.º DTL/25/84, VETO aposto ao Projeto de Lei n.º 26/83, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que autoriza o Poder Executivo transformar em FUNDAÇÃO ESTADUAL a Fundação de Ensino Superior de Campo Mourão — FUNDESCAM. Com Parecer da C.C.J., considerado em

condições de ser apreciado pelo Plenário, por unanimidade. Em Regime de Urgência.

PROJETO DE LEI Nº 26/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a transformar em Fundação Estadual a Fundação de Ensino Superior de Campo Mourão - FUNDESCAM, com sede e foro na cidade de Campo Mourão.

Parágrafo único. A Fundação Estadual passará a denominar-se "Fundação Estadual de Ensino Superior de Campo Mourão", permanecendo com a atual sigla "FUNDESCAM".

Art. 2º — A natureza jurídica, regularidade tributária e previdenciária e demais requisitos legais da Fundação, serão os mesmos estabelecidos nos Estatutos da Fundação de Direito Público — FUNDESCAM, aprovados pela Lei Municipal nº 191, de 24/04/78 e Decreto Municipal nº 36/68, de 24/04/78 do Poder Executivo Municipal de Campo Mourão.

Art. 3º — As formalidades legais para a efetivação da Fundação como entidade de direito público estadual, serão estabelecidos através de decreto governamental, a ser baixado 120 (cento e vinte) dias após a publicação desta lei.

Art. 4º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 25/04/84.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 110/84

PARECER:

A proposição em exame é oriunda de Veto do

Chefe do Poder Executivo ao projeto de lei aprovado por esta Casa, de autoria do nobre Deputado Rubens Bueno, que autoriza o Poder Legislativo a transformar em "Fundação Estadual" a Fundação de Ensino Superior de Campo Mourão - FUNDESCAM.

A análise da matéria revela que:

1. O veto foi apresentado dentro do prazo constitucional;
2. As razões estão devidamente fundamentadas, através do Ofício nº 25/84, com as quais concordamos.

Portanto, consideramos que a referida proposição encontra-se em condições de ser encaminhada ao Plenário para a devida consideração.

Outrossim, tendo em conta as ponderações apresentadas pelo Sr. Governador, opinamos pela manutenção do referido Veto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 19 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Relator

Está em votação o Projeto nº 26/83. — **Rejeitado o projeto, mantido o veto.**

O SR. RUBENS BUENO — (Pela Ordem) Encareço à Presidência que proceda a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

10 Srs. Deputados aprovam; 1 Sr. Deputado rejeita.

Não há quorum para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para o dia 1º de agosto, quarta-feira, à hora regimental.

Levanta-se a Sessão.